



**IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

**ARTIGO**

**POLÍTICA DE COTAS E CICLO GERACIONAL DE POBREZA: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS  
EGRESSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**PATRÍCIA MANARINI, ANA PAULA RODRIGUES DINIZ, WESCLEY XAVIER,**

**GRUPO TEMÁTICO: 13 Relações Raciais e  
Interseccionalidade na Administração Pública**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.  
Sociedade Brasileira de Administração Pública  
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

## **Política de Cotas e Ciclo Geracional de Pobreza: uma análise comparativa entre cotistas e não cotistas egressos da Universidade Federal de Viçosa**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo verificar se a política de cotas incide sobre o ciclo geracional de pobreza e, de modo mais específico, se possibilita mobilidade social de egressos cotistas. Com base neste objetivo, foi realizada uma pesquisa com 320 egressos que concluíram a graduação entre 2016 e 2021 na Universidade Federal de Viçosa. O trabalho é essencialmente quantitativo, com base em análises descritivas e testes não paramétricos que nos possibilitaram identificar diferenças existentes entre cotistas e não cotistas antes da entrada e após a conclusão da graduação. Como resultados, verificamos que a política de cotas é efetiva tanto no seu caráter redistributivo, contribuindo para a quebra do ciclo geracional de pobreza.

**Palavras-chave:** lei de cotas, mercado de trabalho, educação superior, mobilidade social.

### **1. Introdução**

A Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, determinou a reserva de 50% das vagas de instituições federais de ensino superior para estudantes que tivessem realizado todo o ensino médio em escola pública. Após período de transição, em 2016, universidades, institutos e centros federais concluíram a implementação total dos percentuais definidos em lei. A partir do critério inicial para estudantes vindos do ensino público, outros recortes foram estabelecidos, como renda familiar, raça-etnia e deficiência (BRASIL, 2012). A política de cotas se insere em um contexto mais amplo de expansão do sistema de ensino superior e ampliação do público atendido (SILVA, 2020).

Pesquisas recentes têm se dedicado a analisar os efeitos das cotas. Feres (et al., 2012), Senkevics e Mello (2019) e Silva (2020) verificaram mudança no perfil discente no ensino superior, historicamente composto por estudantes vindos de famílias de alta renda e brancos. Queiroz et al. (2015) e Silva et al. (2020), por sua vez, analisaram o impacto das cotas no desempenho acadêmico dos alunos. Esses trabalhos revelam um movimento de inclusão, marcado pelo aumento da participação de pessoas pobres e negras no ensino superior público, sem prejuízo do desempenho acadêmico. A possibilidade de mobilidade social conferida pela entrada no ensino superior de estudantes de classes sociais mais baixas segue, contudo, pouco estudada, entre outros aspectos relacionados aos impactos da política (SENKEVICS, 2018; SILVA, 2020).

A fim de contribuir para essa discussão, este artigo verifica como a política de cotas incide sobre o ciclo geracional de pobreza (COSTA; AZEREDO, 2005; BIRD, 2007) entre

seus beneficiários. O momento é particularmente oportuno em razão da consolidação da lei de cotas que, sete anos após integralizar os 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, podendo impactar a mobilidade social dos mesmos. Para tanto, realizamos um estudo de caso descritivo e quantitativo com egressos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que concluíram a graduação entre 2016 e 2021.

Este trabalho está dividido em seis seções, incluindo essa introdução. Na segunda seção, introduzimos a política de cotas e discutimos alguns de seus efeitos nas desigualdades já mapeados pela literatura nacional. Na terceira, definimos ciclo geracional de pobreza e identificamos dimensões que nos ajudem a operacionalizar esse conceito. Na quarta, detalhamos a estratégia metodológica adotada, para, em seguida, apresentarmos os resultados alcançados. Na quinta seção, concluímos este trabalho destacando como a política de cotas é efetiva no seu caráter redistributivo.

## **2. Política de cotas no Brasil e seus efeitos nas desigualdades**

Políticas de ação afirmativa no Brasil remontam ao processo de redemocratização, quando foram inauguradas novas diretrizes para o desenvolvimento de ações governamentais comprometidas com a igualdade (FURLIN, 2010; YANNOULAS, 2002). No entanto, foi a partir dos anos 2000 que ações mais substantivas na área da educação passaram a ser desenvolvidas. A mobilização dos movimentos sociais para preparação, participação e os próprios resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, são vistos como um marco neste processo (HERINGER, 2014; SANTOS, 2012; SILVA, 2020), contribuindo para o debate sobre essas ações e estimulando as primeiras experiências de reserva de vagas no ensino superior (SANTOS, 2012).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foram pioneiras nesse processo, instituindo as primeiras ações afirmativas em 2002 e 2003, respectivamente. Nos dez anos que se seguiram, outras 127 instituições de ensino superior aderiram à iniciativa. Foi, então, em 2012, que, após apreciação pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade do sistema de cotas adotado pela Universidade de Brasília (UNB) (SILVA, 2020), foi aprovada a Lei nº 12.711, que regula a reserva de vagas em instituições de ensino superior. A Lei de Cotas estabelece que todas as instituições federais de ensino superior e ensino técnico de nível médio devem designar metade de suas vagas para estudantes egressos de escola pública. A partir desse critério inicial, outros recortes são estabelecidos considerando renda, raça-etnia e deficiência (BRASIL, 2012).

Feres (et al., 2012), Senkevics e Mello (2019) e Silva (2020) mostram como as cotas têm contribuído para mudar o perfil discente no ensino superior, historicamente ocupado por estudantes brancos e de renda familiar elevada (PERRONI; BRANDÃO, 2009). A participação de mulheres no ensino superior vinha crescendo nos últimos anos, fruto do processo de escolarização feminina (TEIXEIRA et al., 2021). A partir dos dados da V Pesquisa Nacional de Persil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (FONAPRACE, 2018), Silva (2020) mostra que, em 2018, as mulheres já somavam 54,6% dos estudantes no universo pesquisado. Contudo, o que se observa nos anos 2010 é o aumento substantivo da participação de estudantes vindos de família de baixa renda (SEMESP, 2020) e de pretos e pardos (SILVA, 2020), ainda que a população negra siga sub-representada no ensino superior (SEMESP, 2020).

Pesquisas avaliaram também o impacto das cotas no desempenho acadêmico dos estudantes. Pinheiro (2014) identificou diferença de desempenho em parte dos cursos do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com resultados inferiores de cotistas em cursos da área de Exatas e no Direito. Queiroz et al. (2015) e Silva et al. (2020), por sua vez, em análise com estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da UFV respectivamente, não identificaram diferenças estatísticas entre o rendimento de cotistas e não cotistas. Silva et al. (2020) acrescentam não haver maior evasão ou desligamento de curso entre cotistas quando comparados aos não cotistas.

No entanto, há ainda carência de estudos sobre os efeitos das cotas (SILVA, 2020). A restrição e má qualidade dos dados existentes (SENKEVICS, 2018) e a recente implementação total dos percentuais de reserva previstos na política ajudam a explicar essa lacuna. Pesquisa desenvolvida por Francis-Tana e Tannuri-Pianto (2018) constitui exceção ao analisar o impacto das cotas na entrada no mercado de trabalho. A partir de estudo com egressos da UNB, os autores mostram que estudantes cotistas tiveram mais anos de escolaridade, maior probabilidade de concluir o curso superior e maiores chances de chegar a exercer função de diretor ou gerente do que os que não frequentaram. Estudantes homens, cotistas e não cotistas, tiveram também aumento de rendimentos. Isso não foi observado, contudo, entre mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Neste artigo, aportamos novos elementos à discussão ao comparar, primeiramente, a entrada no mercado de trabalho de egressos cotistas e não cotistas da UFV. As desigualdades que atravessam nossa realidade social são também flagrantes no mercado de trabalho, resultando em menores taxas de atividade e ocupação de mulheres (MELO, 2005; COSTA et al, 2021). Quando considerado raça, cor e idade, observam-se ainda diferenças expressivas nas

taxas de desemprego e nos índices de subutilização, com ampla desvantagem para a população negra e para jovens entre 19 e 29 anos (IBGE, 2019; COSTA et al, 2021). Essas desigualdades impactam, ainda, os rendimentos do trabalho. Quando combinadas as razões de rendimento por raça/cor e sexo, observa-se que a mulheres negras enfrentam maior desvantagem, recebendo 44,4% do rendimento médio dos homens brancos (IBGE, 2019).

A Lei de Cotas pode contribuir para superar esse cenário de desigualdades, na medida em que há correlação positiva entre nível de escolaridade e a empregabilidade e renda (SEMESP, 2020; SILVA et al., 2020; SOUZA; BRANDALISE, 2017). Nesse sentido, a ampliação do acesso ao ensino superior a grupos historicamente marginalizados pode transbordar em maior e melhor inserção no mercado de trabalho, pressuposto ainda carente de maior suporte empírico. A essa análise adicionamos a comparação entre a realidade atual dos egressos cotistas e não cotistas em relação à condição da família de origem quando da entrada no ensino superior. Com isso, buscamos verificar o impacto das cotas também na ruptura do ciclo geracional de pobreza, conceito explorado na seção a seguir.

### **3. Ciclo geracional de pobreza**

O conceito de pobreza tem ganhado expressão nos estudos em Administração desde os anos 2000. Suas transformações no campo dialogam com o desenvolvimento das políticas de assistência social desenvolvidas em nível federal no mesmo período (CAMARA; MISOCZKY, 2019), a exemplo do Programa Bolsa Família e da Estratégia Brasil Sem Miséria. Uma das preocupações centrais nesses estudos é desenvolver construtos que deem conta da complexidade inerente às experiências de pobreza. Nesse contexto, o entendimento da pobreza como um fenômeno multidimensional tem se disseminado (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), a abordagem multidimensional enfatiza que a pobreza resulta de múltiplos fatores e suas causas variam segundo gênero, raça-etnia, idade, cultura, entre outros elementos sociais e econômicos. A partir dos estudos de Amartya Sen (1999) e de Deepa Narayan (2000), os autores discutem como a pobreza vai além da insuficiência de renda, envolvendo também a privação de capacidades básicas e oportunidades para realização do potencial humano, assim como as construções (inter)subjetivas das pessoas empobrecidas sobre sua condição. Essa perspectiva volta o olhar, portanto, para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para viver a vida que se considera digna (SEN, 1999; CRESPO; GUROVITZ, 2002; BRONZO; PRATES, 2012).

Nesse contexto, as oportunidades sociais, como o acesso à educação e à saúde, são vistas como fatores fundamentais para condução da vida privada e a participação política e

econômica. Isso não dispensa, contudo, a garantia de acesso a recursos econômicos para consumo, produção e troca (SEN, 1999; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Como enfatizam Crespo e Gurovitz (2002), nessa abordagem, as diferentes formas de liberdade estão interrelacionadas, tornando-se fundamental a promoção da liberdade política, de facilidades econômicas e de oportunidades sociais para superar a pobreza.

Partindo dessa perspectiva, estudos têm buscado compreender como a pobreza é transmitida entre gerações e as alternativas para interromper esse processo (BIRD, 2007). Costa e Azeredo (2005) elencam fatores identificados como impulsionadores da reprodução da pobreza entre gerações. De acordo com os autores, a concentração fundiária e a desigualdade no acesso ao crédito são recorrentemente apontadas. Entretanto, o debate tem se centrado na educação tanto como fator mantenedor quanto como meio para superação da pobreza e desigualdade. Isso se deve à operação de um ciclo no qual as condições socioeconômicas das famílias comprometem o aprendizado e desempenho escolar, perpetuando a baixa qualificação de pessoas empobrecidas e a consequente inserção precária no mercado de trabalho.

Esse processo vicioso (*pobreza - baixa instrução - pobreza*) é denominado ciclo geracional de pobreza (COSTA; AZEREDO, 2005). Esse conceito chama atenção tanto para a oferta quanto para as capacidades que os sujeitos possuem para usar os recursos e serviços educacionais disponíveis. Nesse sentido, características familiares e socioeconômicas são ressaltadas como favorecedoras ou não da educação, colocando famílias empobrecidas em desvantagem em suas possibilidades de escolarização. Isso ajudaria a explicar a alta correlação verificada entre as realizações educacionais dos mais novos e de seus pais e avós (BARROS; LAM, 1993).

Silva e Hasenbalg (2000) destacam três dimensões relacionadas a essas capacidades. A primeira refere-se ao capital econômico, mensurado principalmente por meio da renda familiar e da situação de bem-estar material dos domicílios. A segunda relaciona-se ao capital cultural ou à distribuição da educação entre os adultos da família. O nível de escolaridade materna é particularmente considerado, tendo em vista o papel de gênero atribuído às mães e o efeito direto da escolaridade materna sobre a dos filhos (LAM, SEDLACEK; DURYEY, 1992). No entanto, a escolaridade do pai também tem sido observada, assim como aspectos ligados ao consumo cultural (p. ex. disponibilidade de livros na residência) que indicam o ambiente cognitivo familiar para o aprendizado escolar. Por fim, a terceira dimensão refere-se ao capital social familiar, manifesto pela composição e alocação diferencial de papéis na família.

Amparando esses conceitos, está a suposição de que, quanto maior a disponibilidade dos capitais, maior a demanda por escolarização, melhor a percepção dos pais sobre os

benefícios futuros da educação dos filhos e melhores as condições de aprendizado e desempenho escolar (SILVA; HASENBALG, 2000). Nesse sentido, a distribuição de capacidades e recursos na unidade familiar tem forte influência sobre as trajetórias de mobilidade de seus membros (BIRD, 2007).

A pesquisa sobre o tema tem analisado principalmente o impacto das capacidades e recursos disponíveis (ou capitais) na qualidade e continuidade da formação das crianças e adolescentes (e.g. CAIN, 2009). Contudo, poucos estudos têm se debruçado nas ações orientadas para o ensino superior. É de se esperar que a expansão do sistema educacional como um todo (SILVA; HASENBALG, 2000) e do ensino superior em particular (SILVA, 2020) contribua para a desestabilização do ciclo geracional de pobreza, na medida em que incide sobre a qualificação dos egressos e impacta, conseqüentemente, na inserção no mercado de trabalho e renda. No entanto, essa premissa carece de maior suporte empírico, especialmente quando considerado o sistema de cotas e os resultados comparados entre beneficiários e não beneficiários dessa política.

#### **4. Estratégia metodológica**

A fim de verificar o impacto das cotas no ciclo geracional de pobreza, realizamos um estudo de caso quantitativo (YIN, 1994) com egressos da UFV que concluíram a graduação entre 2016 e 2021, em qualquer curso, nas modalidades bacharelado ou licenciatura. O recorte temporal tomou como ponto de partida o ano de implementação total do percentual de vagas previsto pela legislação. Como dispõe a Lei de Cotas, as IES puderam optar pela implementação progressiva ou completa dos percentuais de reserva, com prazo final da transição em 2016 (BRASIL, 2012). A implementação progressiva foi iniciada na UFV em 2013 e finalizada em 2016, quando 50% do total de vagas passou a ser destinado a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas (SILVA, 2014).

A coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2021, por meio de questionário online disponibilizado na plataforma Google Forms®. Beneficiários e não beneficiários do sistema de cotas foram convidados a participar da pesquisa, de forma voluntária e anônima. A divulgação do formulário foi realizada via e-mail institucional e mídias digitais, como grupos de Facebook de ex-alunos da UFV. Ao final do processo, 323 respostas foram coletadas, sendo três descartadas por inconsistência nas informações. Deste modo, a análise se baseou em amostra não probabilística por conveniência composta por 320 entradas. Considerando a população total estimada de 7.264 estudantes que concluíram a graduação no período estudado, a pesquisa teve nível de confiança de 95% e margem de erro de 5,36%.

A fim de verificar o impacto da política de cotas no ciclo geracional de pobreza, comparamos as condições socioeconômica das famílias de cotistas e não cotistas antes e depois de concluir a graduação. Essa análise apresenta, contudo, inúmeros desafios relacionados à própria complexidade de operacionalização do conceito. Uma vez que pobreza, de maneira geral, e transmissão de pobreza entre gerações, em particular, constitui um fenômeno multicausal (CRESPO; GUROVITZ, 2002; COSTA; AZEREDO, 2005; BRONZO; PRATES, 2012), inúmeras são as possibilidades de entrada para análise.

Neste trabalho, a análise foi segmentada em dois passos. Primeiramente, buscamos compreender o ponto de partida socioeconômico dos egressos, incluindo aspectos relacionados ao capital econômico e cultural (SILVA; HASENBALG, 2000) da família de origem. Foram comparados os seguintes elementos: i) escolaridade materna, identificada como um dos principais preditivos do alcance educacional dos mais jovens (LAM, SEDLACEK; DURYEA, 1992); ii) se o egresso foi o primeiro membro da família de origem a ingressar no ensino superior, abordado como mais um indicativo da distribuição da educação entre os adultos da família (SILVA; HASENBALG, 2000), especialmente em famílias com composição monoparental ou que fujam do modelo nuclear tradicional; iii) soma do rendimento mensal de todos os integrantes do núcleo familiar antes da entrada na graduação; iv) se o egresso trabalhava antes de entrar na graduação e se, com a renda aferida, contribuía para o sustento familiar, ambos (iii e iv) indicativos do capital econômico disponível antes da entrada na universidade.

Em seguida, analisamos indicadores de inserção no mercado de trabalho entre cotistas e não cotistas após conclusão da graduação. Isso nos possibilitou comparar tanto resultados de entrada no trabalho entre cotistas e não cotistas, quanto melhoria de renda dos dois grupos em relação à situação familiar antes do ensino superior. Foram comparados os seguintes elementos: i) taxa de ocupação ou proporção de pessoas com vínculo empregatício ou inseridas em outra modalidade de atividade profissional sobre o conjunto de pessoas ativas no momento de coleta dos dados; ii) renda mensal líquida atual dos respondentes empregados, iii) soma do rendimento mensal de todos os integrantes do núcleo familiar atual; iv) se o respondente ainda reside no núcleo familiar de origem ou se houve mudanças no núcleo familiar de antes da entrada na graduação.

Este estudo caracteriza-se como descritivo, uma vez que busca relacionar variáveis da amostra e os efeitos da entrada no ensino superior por seus integrantes. Quanto às comparações de médias, foi empregado o Teste T para comparação entre duas amostras, como no binarismo cotas e ampla concorrência, e o gênero. Entretanto, não encontramos diferenças significativas



exceto para níveis de renda. Para a análise da renda, foram utilizados testes de normalidade e, dada a não normalidade da distribuição dos dados, testes não-paramétricos de mediana para amostras independentes. Ademais, para diferenças em variáveis independentes com mais de dois estratos, como os grupos contemplados pela política de cotas e caracterização étnico-racial, empregamos a Análise de Variância (ANOVA), também sem diferenças significativas entre os recortes amostrais, muito possivelmente em razão da diluição da amostra em vários agrupamentos, o que nos fez prescindir das diferenças entre os diferentes grupos que compõem as vagas para cotistas.

A análise dos dados contou, ainda, com um olhar interseccional (CRENSHAW, 2002), que reconhece que a realidade social é marcada por diferentes eixos de subordinação, que, apesar de articulados, não podem ser reduzidos uns aos outros. Nesse sentido, a comparação entre cotistas e não cotistas foi desagregada pelos recortes de gênero (homem cisgênero, mulher cisgênera, homem transexual, mulher transexual, travesti ou outro); raça-etnia (preto, pardo, indígena, amarelo, branco ou outro); idade (entre 22 e 25 anos, 26 e 29 anos, 30 a 35 anos, e acima de 36 anos); e categoria de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, transtorno do espectro autista, múltipla deficiência ou outro).

Cabe destacar que a execução deste estudo foi precedida pela avaliação e aprovação pela Comissão de Ética em Pesquisa do Insper (CEP Insper - N. 202/2021).

## **5. Análise dos dados**

A amostra composta de 320 respondentes foi caracterizada por 54,38% de estudantes ingressos na UFV pela modalidade de ampla concorrência e 45,63% por cotas. Quanto ao gênero, 53,13% se identificaram como mulher cisgênera e 46,88% como homem cisgênero. Não houve presença de transexuais, travestis ou outras formas de identificação de gênero na amostra analisada. O percentual de mulheres é maior entre não cotistas (57,47% contra 42,53%) ao passo que o de homens é maior entre cotistas (52,05% contra 47,95%).

Já em termos raciais e étnicos, 60,31% dos respondentes se declararam brancos, 38,12% negros (incluindo pretos e pardos), 0,94% indígenas ou amarelos, e 0,63% não respondeu. Pessoas brancas estão mais presentes entre não cotistas (70,69% contra 27,01% não brancos) e de negros entre cotistas (51,37% contra 47,95% de brancos). Quanto à idade, 31,88% dos respondentes têm entre 22 e 25 anos; 46,56% entre 26 e 29 anos; 16,25% entre 30 e 35 anos; e 5,31% 36 anos ou mais. Por fim, quanto à categoria de deficiência, apenas 2,81% da amostra declarou ser pessoa com deficiência. Não há disparidades expressivas quanto às faixas etárias e deficiência entre o grupo de cotistas e não cotistas.

A análise dos dados demográficos reitera achados de estudos anteriores sobre ensino superior e cotas. Entre não cotistas, observamos presença maior de mulheres brancas, algo já discutido na literatura especializada (e.g. MELO, 2005) como o reflexo da alta escolarização de mulheres vindas de grupos mais privilegiados social e racialmente, combinada com a alta evasão de homens, especialmente negros, já no ensino fundamental e médio. Já entre cotistas, destacamos a maior presença tanto de homens quanto de mulheres pardas e pretas. Soma-se a isso que 56,85% dos beneficiários da política afirmaram ter sido selecionados por grupos de cota que incluíam como critério renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita. Esses dados corroboram pesquisas sobre o impacto da política na mudança do perfil discente (FERES et al., 2012; SEMESP, 2020; SILVA, 2020).

Em relação aos diferentes pontos de partida, verificamos discrepâncias entre cotistas e não cotistas em todos os elementos analisados. Primeiramente, quando observada a escolaridade materna, 51,7% dos egressos de ampla concorrência declaram que a mãe possui graduação ou pós-graduação. Esse percentual, entre os cotistas, cai para 13,7%. Na outra ponta, 39,8% das mães de egressos cotistas tinham até o ensino fundamental, enquanto esse percentual cai para 14,3% entre as mães de não cotistas. Adicionalmente, 33,8% dos respondentes declaram ser a primeira pessoa da família a ingressar em uma instituição de ensino superior. No entanto, quando comparamos os dois grupos, esse percentual sobe para 49,3% entre cotistas, enquanto se verifica entre 20,7% dos não cotistas.

Quando questionados a respeito da situação laboral antes da entrada na universidade, 49,3% dos egressos cotistas declaram trabalhar, sendo o percentual entre os não cotistas de 25,3%. Conforme esperado, essa condição se deve às necessidades materiais das famílias dos cotistas, uma vez que 31,5% contribuíam financeiramente com o sustento de suas famílias, realidade de 12,6% dos não cotistas. Quando analisamos estritamente o grupo de cotistas formado por estudantes de escola pública, negros e de renda bruta familiar igual ou inferior a um salário e meio per capita, o percentual de egressos que trabalhavam antes da graduação era de 66,7%, e aqueles que contribuíam financeiramente para suas famílias somam 50%.

Quando desagregados por raça e gênero, identificamos importantes diferenças internas aos grupos. Entre não cotistas, 31,9% de egressos negros foram os primeiros a cursar o ensino superior contra 15,4% entre brancos. Já entre cotistas, os percentuais não apresentam diferença significativa. Egressos negros também apresentam maior percentual quando analisadas as experiências de trabalho anteriores à graduação (27,7%-22,8% entre não cotistas, e 54,7%-42,9% entre cotistas). Diferenças de gênero, por sua vez, são identificadas apenas quando observada a situação laboral no período anterior à entrada nas IES. Tanto entre cotistas quanto

não cotistas, o percentual de homens com experiências de trabalho anteriores à graduação é superior ao das mulheres (33,8%-19% entre não cotistas, e 57,9%-40% entre cotistas).

Essa diferença se relaciona com a contribuição financeira da amostra para o sustento da família antes do ingresso na Universidade. Entre não cotistas, 18,9% entre homens afirmaram contribuir para o sustento familiar antes da entrada no ensino superior contra 8% entre mulheres. Isso se verifica também no grupo de cotistas, mas em menor proporção, sendo que 34,2% dos homens e 28,6% das mulheres contribuíam financeiramente com a família. Essa discrepância se mantém quando comparamos características étnico-raciais, tanto entre cotistas quanto entre não cotistas. No primeiro agrupamento, 40% dos negros contribuíam financeiramente com suas famílias antes do ingresso no ensino superior contra 22,9% dos brancos do grupo. Já entre os não cotistas, o percentual entre os que contribuíam financeiramente para a família é de 19,1% entre pretos e pardos, e 9,8% entre os brancos.

Constatamos, assim, que, na amostra analisada, mães de egressos cotistas possuem menor escolaridade formal e cotistas são 2,4 vezes mais frequentemente os primeiros da família a ingressar no ensino superior quando comparados aos não cotistas, principalmente entre pretos e pardos. Soma-se a isso, o fato de que aproximadamente o dobro de cotistas trabalhavam antes de entrar na graduação e contribuíam para o sustento da família quando comparados aos não cotistas, realidade observada, mais uma vez, principalmente entre negros quando comparados aos brancos, e entre homens quando comparado às mulheres.

A análise da situação socioeconômica familiar antes da entrada na graduação indicaria, portanto, condição mais desfavorável de alcance educacional entre cotistas, podendo reverberar no processo de entrada no mercado de trabalho e nos rendimentos aferidos por esse grupo quando comparado aos não cotistas. A análise dos indicadores de inserção no mercado de trabalho sugere, contudo, que a passagem pelo ensino superior atenua consideravelmente as discrepâncias entre os grupos. Entre os 320 respondentes, 85,01% declararam estar ocupados no momento da coleta de dados, não havendo praticamente nenhuma diferença entre egressos cotistas e os que ingressaram por ampla concorrência (85,27% e 84,81%, respectivamente).

A taxa de ocupação também foi analisada considerando as diferenças de gênero e étnico-raciais. Entre homens e mulheres não cotistas, a diferença na empregabilidade é residual, estando 85,07% dos homens e 84,61% das mulheres empregados ou em outra atividade profissional. Já entre os cotistas, 80,3% dos homens declararam estar ocupados, enquanto entre as mulheres esse percentual é de 90,47%. Em que pese a faixa etária e escolaridade das respondentes, em sua maioria entre 22 e 29 anos e com ensino superior completo, e os efeitos perversos do trabalho reprodutivo especialmente entre jovens e adultas com menor

escolaridade formal (IPEA, 2018; YANNOULAS, 2002), esses dados indicam tendência reversa à observada no mercado de trabalho, marcado pela desigualdade por gênero (COSTA et al., 2021). Essa reversão se dá de modo equivalente entre mulheres brancas e não brancas.

A análise da renda mostra, ainda, que não há diferença significativa na renda líquida de egressos cotistas e não cotistas, reiterando o potencial redistributivo da política de cotas. Enquanto egressos de ampla concorrência apresentam renda líquida mensal média de R\$3.272,28, egressos cotistas ganham, em média R\$2.711,57, representando relação entre rendas médias, no caso, 82,86%. A fim de nos aprofundarmos nessa análise, contrastamos, também, a relação da renda em três níveis: renda líquida familiar antes da entrada na universidade; renda líquida familiar no momento da resposta; renda líquida dos respondentes que estão empregados.

Como mencionado na seção metodológica, os testes de média foram precedidos pelo teste de normalidade da amostra – Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk. Em ambos os testes a normalidade amostral foi rejeitada, como pode ser observado na tabela 1, o que nos levou a realizar testes de mediana para verificar se as diferenças encontradas entre cotistas e não cotistas eram estaticamente significantes.

**Tabela 1:** Teste de Normalidade

Variável	Forma de Entrada	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
		Statistic	Df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Soma dos rendimentos mensais estimada de todos os membros da família ao entrar no curso	Ampla Concorrência	,199	174	,000	,756	174	,000
	Cotas	,291	146	,000	,488	146	,000
Soma dos rendimentos líquidos mensais de todos os membros da família atualmente	Ampla Concorrência	,197	174	,000	,780	174	,000
	Cotas	,352	146	,000	,219	146	,000
Se trabalha, qual a renda líquida mensal atual	Ampla Concorrência	,162	174	,000	,775	174	,000
	Cotas	,164	146	,000	,770	146	,000

**Fonte:** Dados da Pesquisa.

Diante da não normalidade dos dados, as significâncias das diferenças de rendimento foram realizadas com testes não paramétricos das medianas das observações dos dois grupos – cotistas e não cotistas. Quando comparadas todas as formas de entrada, ampla concorrência e os agrupamentos contemplados nas cotas, utilizamos a Análise de Variância (ANOVA). A tabela 2 permite-nos observar que são significantes as diferenças entre os grupos para as rendas familiares antes da entrada na Universidade e a renda familiar atual, ao passo que não são significantes para a renda líquida atual dos respondentes, como informado anteriormente.

**Tabela 2:** Síntese dos Testes de Hipóteses

Hipótese Nula	Teste	Significância	Decisão
---------------	-------	---------------	---------

As medianas da soma dos rendimentos mensais estimada de todos os membros da família ao entrar no curso são as mesmas entre os grupos	Teste de Mediana para Amostras Independentes	0,000	Rejeitar hipótese nula
As medianas da soma dos rendimentos líquidos mensais de todos os membros da família atualmente são as mesmas entre os grupos	Teste de Mediana para Amostras Independentes	0,000	Rejeitar hipótese nula
As medianas da renda líquida dos egressos empregados são as mesmas entre os grupos	Teste de Mediana para Amostras Independentes	0,068	Reter hipótese nula

**Fonte:** Dados da Pesquisa.

Quando observadas as rendas estimadas da família do egresso antes da entrada no ensino superior, verificamos que dentre os egressos que ingressaram por ampla concorrência, essa renda média familiar era de R\$7.138,76, 2,25 vezes superior ao valor médio encontrado entre egressos cotistas, no caso, R\$3.176,32. Esses valores refletem a forte desigualdade socioeconômica do núcleo familiar de origem quando comparamos estudantes que ingressaram por ampla concorrência e os cotistas.

**Tabela 3:** Média e Mediana das Rendas

Variável	Forma de Entrada	Média	Mediana	Relação Cotista/Ampla conc.
Renda da família antes da entrada na Universidade	Cotista	R\$3.176,32	R\$2.000,00	44,49%
	Ampla concorrência	R\$7.138,76	R\$5.000,00	
Renda familiar atual	Cotista	R\$7.203,83	R\$4.500,00	70,81%
	Ampla concorrência	R\$10.173,34	R\$7.100,00	
Renda líquida do egresso	Cotista	R\$2.711,57	R\$2.150,00	82,86%
	Ampla concorrência	R\$3.272,28	R\$2.500,00	

**Fonte:** Dados da Pesquisa.

Quando observamos os rendimentos familiares dos egressos após a conclusão do curso, sobretudo a renda líquida daqueles que estão empregados, verificamos o efeito redistributivo da política de cotas, que ao reservar 50% das vagas a estudantes oriundos de escolas públicas, permite a ascensão econômica de seus beneficiários. Apesar de ainda existirem diferenças, quando analisamos a renda familiar atual dos grupos, essa é menos discrepante que a renda familiar antes da entrada na Universidade, com razões de 70,81% e 44,49% respectivamente. Uma possível explicação para a manutenção dessa diferença – ainda que significativamente inferior ao contexto que antecede a entrada desses jovens na universidade – é o resultado agregado daqueles que ainda moram com os pais e participam dessa transmissibilidade do status econômico da família (BIRD, 2007), ou mesmo resultante de matrimônios, que no Brasil é historicamente um gerador de concentração de renda (LACERDA JUNIOR, 2013).

## 6. Considerações finais

Esse artigo objetivou verificar se a política de cotas incide sobre o ciclo geracional de pobreza e, de modo mais específico, se possibilita mobilidade social de egressos cotistas. Para tanto, realizamos estudo descritivo e quantitativo com 320 egressos da UFV que concluíram a graduação entre 2016 e 2021. A partir da análise dos dados, constatamos que, como esperado, cotistas e não cotistas partem de realidades muito distintas. Egressos beneficiados pela política de cotas possuem mães com menor escolaridade formal, são mais frequentemente os primeiros a ingressar no ensino superior, e já trabalhavam e contribuía com a renda familiar antes da graduação. Isso ocorreu principalmente entre cotistas negros e homens. A pesquisa indica, assim, que cotistas integram famílias com menor disponibilidade de capitais econômico e cultural para favorecer o alcance educacional e consequente entrada no mercado de trabalho.

A análise da situação atual sugere, contudo, que a passagem pelo ensino superior minimiza substantivamente as discrepâncias na entrada no mercado de trabalho. Cotistas e não cotistas apresentam taxas de ocupação semelhantes, girando em torno de 85%. Quando desagregadas por gênero, observamos, ainda, redução substantiva da diferença entre taxas de ocupação feminina e masculina, especialmente entre mulheres cotistas, que apresentavam ocupação aproximadamente 10 p.p. maior que a dos homens cotistas. Nesse sentido, os dados sugerem um movimento de ruptura com desigualdades de gênero, experimentado de modo mais intenso por mulheres cotistas.

A análise da renda indica, ainda, que a política de cotas tanto contribui para certo nivelamento entre cotistas e não cotistas, quanto para ruptura com a transmissibilidade da pobreza (BIRD, 2007). Por um lado, os dados mostram que não há diferença significativa na renda líquida de egressos cotistas e não cotistas. Por outro lado, há expressiva redução da diferença de rendimentos familiar de cotistas e não cotistas antes e após a graduação. Observamos, assim, o efeito redistributivo da política de cotas, refletido tanto na própria ampliação de capital cultural advinda da realização do curso superior, quanto do aumento da renda familiar de cotistas e a maior equivalência de renda na entrada no mercado de trabalho quando comparado aos não cotistas. Como desenvolvimentos futuros, em análises seguintes pretendemos aprofundar a investigação sobre as diferenças de aquisição de capital cultural ao longo da graduação entre cotistas e não cotistas.

## **Referências**

BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v. 6, n.1, p. 84–94, 2020.

BRASIL, A. do C. N. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial Da União**, 2012.

COSTA, J. S.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **Desigualdades no Mercado de Trabalho e Pandemia da COVID-19**. IPEA, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 1, p. 171–188, 2002.

FERES, J.; DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. A. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 399–414, 2012.

FRANCIS-TANA, A.; TANNURI-PIANTO, M. Black Movement: Using discontinuities in admissions to study the effects of college quality and affirmative action. **Journal of Development Economics**, v. 135, p. 97–116, 2018.

FURLIN, N. As políticas de gênero no sistema de proteção social brasileiro: uma estratégia política para a redução da desigualdade de gênero. Congreso Internacional Las Políticas de Equidade de Género En Prospectiva: Nuevos Escenarios, Actores y Articulaciones. **Anais...** p. 1–18, 2010.

HERINGER, R. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista TOMO**, v. 24, p. 17–35, 2014

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informações Demográficas e Socioeconômicas**, v. 41, p. 1–12, 2019.

IPEA, I. de P. E. A. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>, 2018.

LACERDA JUNIOR, R. C. **Efeito do compartilhamento de recursos através do casamento sobre a determinação da riqueza no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (6ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, M. **Reinvenções do Vínculo Amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, IUPERJ, 2000.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. In MELO, H. P.; BANDEIRA, L. (Eds.). A pobreza e as políticas públicas de gênero no Brasil, p. 9–42. Nações Unidas, CEPAL, 2005.

PERRONI, J.; BRANDÃO, A. Seleção ou Exclusão: difícil acesso a instituições públicas de ensino. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 65–81, 2009.

PINHEIRO, J. S. S. P. **Desempenho acadêmico e sistema de cotas: um estudo sobre o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

QUEIROZ, Z. C. L. S.; MIRANDA, G. J.; TAVARES, M.; FREITAS, S. C. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia**, v. 96, n. 243, p. 299–320, 2015.

SANTOS, J. T. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia**, v. 93, n. 234, p. 401–422, 2012.

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**, 10ª ed.. São Paulo: SEMESP, 2020.

SENKEVICS, A. S. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 1–23, 2018.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184–208, 2019.

SILVA, B. C. M.; XAVIER, W. S.; COSTA, T. M. T. Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, p. 1-21, 2020.

SILVA, T. D. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente.** IPEA, v. 54, 2020.

PINHEIRO, L. S.; LIMA JUNIOR, A. T. P.; FONTOURA, N. O.; SILVA, R. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** IPEA, v. 24, n. 1, 2016.

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. A. T. Política de cotas e democratização do acesso ao ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 515–538, 2017.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; DINIZ, A.; MARCONDES, M. M. (2021). Inclusão e Diversidade na Administração: Manifesta para o Futuro-Presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 3, p. 1–11, 2021.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**, 1ª ed. Brasília: CFEMEA FIG/CIDA, 2002.

YIN, R. **Case study research: Design and methods**, 2a ed.. Thousand Oaks: Sage Publishing, 1994.